

Função Pública: João Proença da UGT considera que negociação do Governo foi um "simulacro"

8 de Novembro de 2007, 22:57

Coimbra, 08 Nov (Lusa) - O secretário-geral da UGT João Proença acusou hoje o Governo de não negociar com os sindicatos da função pública nas matérias em que "está obrigado à negociação colectiva", motivando a greve agendada para 30 de Novembro.

"Em matérias fundamentais para os trabalhadores, como por exemplo a definição do contrato individual de trabalho do serviço público, o Governo não quer negociar", afirmou o sindicalista, em Coimbra, no final do colóquio "O Sindicalismo morreu?", promovido pelo Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

"O Governo não tem negociado e em termos de salários impôs um aumento de 2,1 por cento no princípio e não mudou minimamente a proposta apresentada até fins das negociações, portanto foi um simulacro de negociações", sublinhou o líder da UGT.

Para João Proença, "isto não é um comportamento minimamente aceitável num Governo que está obrigado à negociação colectiva".

A greve nacional da Função Pública foi anunciada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pela Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e pelo Sindicato dos quadros Técnicos do Estado (STE), afectas à UGT, em protesto contra a forma como correram as negociações salariais.

AMV.

Lusa/Fim

Sindicatos da função pública marcam greve geral para 30 de Novembro

08.11.2007 - 16h33
Por Rui Mendonça

Os sindicatos da função pública afectos à UGT e à CGTP anunciaram hoje a realização de uma greve geral na função pública para o dia 30 de Novembro.

Em conferência de imprensa, Bettencourt Picanço, do STE, justificou a greve com a "indisponibilidade negocial do Governo, o ataque aos pensionistas e o não aumento das pensões na Administração Pública". O dirigente sindical reiterou ainda a "perda de poder de compra" dos funcionários públicos, que se cifra em dez por cento nos últimos dez anos, como outro dos argumentos para a paralisação geral do sector, que junta os sindicatos duas centrais sindicais.

Para Ana Avoila, da Frente Comum, esta é uma "altura histórica e muito especial", sublinhando que "não há memória que os trabalhadores [da função pública] tenham perdido tantos direitos" como agora, nomeadamente os pensionistas e os que estão no activo.

Bettencourt Picanço não tem presente o número vezes que sindicatos da UGT e da CGTP realizaram greves conjuntas, adiantando que pelo menos "meia dúzia" já devem ter feito.

Público – 08.11.07

Sindicatos marcam para hoje conferência de imprensa conjunta

08.11.2007 - 11h48
Por PUBLICO.PT

A Fesap e o STE, ambos sindicatos afectos à UGT, e a Frente Comum, associada à CGTP-IN, marcaram para hoje à tarde uma conferência de imprensa conjunta para comunicar as acções que decidiram tomar em "defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública".

Público – 08.11.07

Sindicatos da CGTP e da UGT discutem greve conjunta na função pública

08.11.2007 - 09h10
Por João Manuel Rocha

As posições extremaram-se. O Governo assegurou ontem que não vai além dos 2,1 por cento de aumento que propôs para a função pública em meados de Outubro e os sindicatos da CGTP e da UGT começaram já a discutir a possível realização de acções conjuntas que podem passar pela greve.

Uma greve convocada por todos os sindicatos é uma possibilidade, mas ainda é "premature" falar nesse cenário, que está dependente de um encontro que a Frente Comum, da CGTP, a Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP) e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), ambos da UGT, deverão ter hoje ou amanhã, disseram ao PÚBLICO dirigentes das organizações.

Os líderes sindicais das três organizações mantiveram ontem contactos telefónicos e, à hora do fecho desta edição, procuravam acertar o momento do encontro. A aproximação sindical foi acelerada pela irredutibilidade do Governo, que fechou a porta a aumentos superiores aos 2,1 por cento, claramente abaixo dos 5,8 reclamados pela Frente Comum ou mesmo dos 3,5 pedidos pelo STE. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que ontem falava aos jornalistas à margem do debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado para 2008, afirmou, segundo a Lusa, não estar disponível para "jogos de aparente negociação".

"Gosto de ser claro e transparente" e é por isso que o Governo "oferece aquilo que as condições financeiras do país permitem", acrescentou, no mesmo dia em que se realizou mais uma ronda de contactos entre o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, e as organizações sindicais.

As reacções não se fizeram esperar. "Finalmente o Governo tira a máscara e assume que não vai fazer negociação com os sindicatos", disse Ana Avoila, dirigente da Frente Comum, organização que já anunciara uma greve para a segunda quinzena de Novembro e ontem promoveu um plenário de dirigentes e activistas frente ao Ministério das Finanças.

Para Bettencourt Picanço, do STE, a declaração do ministro "é um procedimento característico deste Governo, que chama negociação a uma posição que mantém ao fim de quatro reuniões". Nobre dos Santos, da FESAP, disse, à saída da reunião, que os sindicalistas estão furiosos e não são patetas. Nas declarações ao PÚBLICO, criticou o executivo por ter apresentado "no princípio um número e chegar ao fim com o mesmo número" e considerou que os trabalhadores "estão, mais uma vez, claramente penalizados".

Quando apresentou a proposta de aumento de 2,1 por cento, Teixeira dos Santos qualificou aquele valor "um passo em frente" face aos dois anos anteriores, quando as actualizações de 1,5 por cento "nem sequer correspondiam à inflação esperada". Os 2,1 por cento correspondem à inflação prevista pelo Governo para o próximo ano, uma estimativa que o ministro considera que "não é irrealista" face à evolução recente e à previsão de 2,3 por cento de inflação para o corrente ano.

Público – 08.11.07

FESAP, STE e Frente comum convocam greve nacional

Função Pública pára a 30 de Novembro

Os sindicatos protestam "contra a intransigência do Governo nas negociações salariais".

16:35 | Quinta-feira, 8 de Nov de 2007

As três estruturas sindicais da administração pública voltaram esta quinta-feira a marcar uma greve conjunta "contra a intransigência do Governo nas negociações salariais", um ano após a realização da última paralisação conjunta, pelo mesmo motivo.

A greve nacional da Função Pública anunciada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pela Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e pelo Sindicato dos quadros Técnicos do Estado (STE) vai realizar-se a 30 de Novembro em protesto contra a forma como correram as negociações salariais.

Os sindicatos queixam-se nomeadamente da equipa negocial do Ministério das Finanças ter iniciado o processo com uma proposta de aumentos salariais de 2,1% e de ter encerrado as negociações com o mesmo valor.

A última greve convocada pelas três estruturas sindicais realizou-se a 9 e 10 de Novembro de 2006 contra o aumento salarial de 1,5% que o Governo decidiu aplicar, apesar de a inflação prevista nessa altura ser de 2,1%.

A paralisação afectou sobretudo os sectores da saúde, educação e autarquias locais, nomeadamente a recolha de lixo.

A greve de há um ano teve também como objectivo contestar o aumento das contribuições para a ADSE, o prolongamento do congelamento das progressões nas carreiras, a lei da mobilidade e a revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações.

Em 2006 as três estruturas sindicais fizeram outra greve conjunta a 6 de Julho contra o novo regime de mobilidade dos funcionários públicos.

Expresso – 08.11.07

Função Pública: Greve conjunta um ano após última convergência

As três estruturas sindicais da administração pública voltaram hoje a marcar uma greve conjunta «contra a intransigência do Governo nas negociações salariais», um ano após a realização da última paralisação conjunta, pelo mesmo motivo.

A greve nacional da Função Pública anunciada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pela Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e pelo Sindicato dos quadros Técnicos do Estado (STE) vai realizar-se a 30 de Novembro em protesto contra a forma como correram as negociações salariais.

Os sindicatos queixam-se nomeadamente de a equipa negocial do Ministério das Finanças ter iniciado o processo com uma proposta de aumentos salariais de 2,1% e de ter encerrado as negociações com o mesmo valor.

A última greve convocada pelas três estruturas sindicais realizou-se a 09 e 10 de Novembro de 2006 contra o aumento salarial de 1,5% que o Governo decidiu aplicar, apesar de a inflação prevista nessa altura ser de 2,1%.

A paralisação afectou sobretudo os sectores da saúde, educação e autarquias locais, nomeadamente a recolha de lixo.

A greve de há um ano teve também como objectivo contestar o aumento das contribuições para a ADSE, o prolongamento do congelamento das progressões nas carreiras, a lei da mobilidade e a revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações.

Em 2006 as três estruturas sindicais fizeram outra greve conjunta a 6 de Julho contra o novo regime de mobilidade dos funcionários públicos.

Diário Digital / Lusa

08-11-2007 18:20:00

Sindicatos da Função Pública convocam greve para 30 de Novembro

III ► UGT admite juntar-se ao protesto da FESAP, STE e Frente Comum

As três estruturas sindicais da Função Pública, FESAP, STE e Frente comum decidiram hoje convocar uma greve para dia 30 de Novembro.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa, após uma reunião entre as três estruturas sindicais.

Segundo explicou a coordenadora da Frente Comum, Ana Avoila, os motivos que levaram à greve foram o processo negocial e a "atitude intransigente do Governo", que iniciou as negociações salariais com uma proposta de aumento de 2,1% que se manteve até ao fim.

Por seu turno, o secretário coordenador das FESAP, Nobre dos Santos, disse que os motivos que levam a estrutura a convocar a greve têm a ver com a forma como todo o processo negocial tem decorrido, acusando também o Governo de intransigência no processo negocial.

O presidente do STE, Bettencourt Picanço, afirmou aos jornalistas que "a razão fundamental [para a greve] tem sido o comportamento do Governo neste processo negocial", adiantando que o processo negocial na forma como tem estado a ser feito "não constitui matéria de boas práticas em termos europeus".

Questionado sobre os efeitos da greve, Picanço disse que espera que o Governo reconsidere a sua proposta de aumento

salariais e volte à mesa das negociações.

A União Geral de Trabalhadores (UGT) admitiu aderir à greve da administração pública caso o Governo não aceite reabrir o processo negocial com os sindicatos sobre vínculos, carreiras e remunerações.

"A informação que nós temos é que o Governo na prática diz que quanto aos salários a negociação está fechada e relativamente aos restantes diplomas a discussão é adiada sine die", declarou o secretário-geral da UGT, João Proença, considerando que se trata de "uma situação insustentável que justifica formas de luta dos trabalhadores".

"Agora a resposta está do lado do Governo que mudará ou não de posição relativamente a estas matérias", considerou.

João Proença, que falava em conferência de imprensa, acusou o Executivo de não ter sido verdadeiro nas negociações da administração pública, pondo em marcha "um simulacro de negociações".

A última greve nacional da Função Pública convocada pelas três estruturas sindicais realizou-se a 9 e 10 de Novembro de 2006.

JN – 08.11.07